

REFORMA TRIBUTÁRIA E FEDERALISMO FISCAL: UMA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DE UM NOVO IMPOSTO SOBRE O VALOR ADICIONADO PARA O BRASIL

Rodrigo Octávio Orair

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Sérgio Wulff Gobetti

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

Está cedido à Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul.

A discussão sobre as propostas de reforma tributária que tentam fundir vários tributos federais e subnacionais em um Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA) alinhado às melhores práticas internacionais retornou ao centro da agenda econômica brasileira em 2019. Os presidentes das duas Casas do Congresso Nacional definiram a reforma tributária entre as prioridades a ser pautadas no segundo semestre do ano, e duas propostas passaram a ser apreciadas: as de emenda constitucional (PECs) nºs 45/2019 e 110/2019. Elas são fruto da experiência acumulada com os insucessos anteriores e buscam, por meio de alguns instrumentos inovadores e pragmáticos, lidar com vários dos conflitos distributivos, ao prever mecanismos de transição bastante suaves para o novo modelo de tributação e para a partilha federativa.

Este *Texto para Discussão* apresenta uma análise técnica detalhada sobre as propostas de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional, comparando-as entre si e apontando suas virtudes e limitações. Além disso, oferece quatro contribuições de ordem empírica importantes para o debate.

- 1) Estimativas inéditas de qual seria a alíquota neutra para o novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e de como essa alíquota seria dividida entre os três entes da Federação e suas distintas subvinculações.
- 2) Simulação da regra de transição para o novo modelo de tributação e partilha com base no princípio do destino.
- 3) Mensuração do grau de regressividade do IBS com alíquota única *vis-à-vis* o atual modelo de

tributação do consumo e a estimativa de custo fiscal para a implementação do dispositivo de devolução de imposto para as famílias mais pobres.

- 4) Avaliação dos potenciais impactos da reforma sobre a partilha federativa nos planos estadual e municipal.

Por fim, o texto faz considerações sobre os dispositivos que podem ser introduzidos nas propostas de reforma tributária a fim de mitigar a regressividade do sistema tributário nacional e evitar que a alíquota de um eventual novo IVA seja uma das maiores do mundo.